IPPUR Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional
Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRJ

DO CAOS À LAMA: O CASO DA MORADIA "INVISÍVEL" DA COMUNIDADE PEITO ROXO

IPPUR/UFRJ
2006

Hércules Paes Lima

Do Caos à Lama: O Caso da Moradia "invisível" da Comunidade Peito Roxo

Artigo apresentado ao curso de Especialização do Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, como parte dos requisitos à obtenção do grau de Especialista em Planejamento e Uso do Solo Urbano.

Orientador: Profª. Drª Fania Fridman

Rio de Janeiro
2006

U. F. R. J.
BIBLIOTECA
I P P U

Do Caos à Lama: O Caso da Moradia "Invisível" da Comunidade Peito Roxo.

"... e a cidade
Que tem braços abertos num cartão-postal
Com os punhos fechados na vida real
Lhes nega oportunidades
Mostra a face dura do mal"
Trecho da letra da música "Alagados"
autor: Herbert Vianna / João Barone

1. Introdução

O presente artigo versa sobre a questão da precariedade do acesso à moradia no Brasil pela camada social dos despossuídos; logo, procuramos esboçar neste ensaio alguns questionamentos a respeito da construção do espaço urbano, que é o palco onde se desenrolam os embates sociais conflituosos entre as classes que o vivenciam e se opõem, fazendo deste um "campo de lutas". São essas classes a elite - aqui representada pelos mais diversos atores e agentes sociais, como o Estado, os promotores imobiliários, os promotores fundiários, entre outros - e, do outro lado, a classe popular, desprotegida e entregue à própria sorte, lutando para se inserir no meio citadino e impondo seu direito ao uso e pertencimento à cidade.

É consensual o entendimento de que o espaço urbano é fruto de uma construção dialética e, portanto, produz uma sociedade capitalista desigual, que (re)produz as desigualdades espacialmente, selecionando as melhores áreas da cidade, dotadas de amenidades naturais e construídas para uma camada solvável, em oposição ao estrato social desprivilegiado, que precisa invadir e ocupar áreas anecúmenas impróprias para a construção, via de regra terras públicas, longínquas do centro e que não interessam, portanto, aos promotores imobiliários.

No bojo desse contexto, a empiria foi realizada na comunidade Peito Roxo, localizada no bairro de Ilha de Guaratiba – Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro, que abriga em seu seio as várias marcas da segregação sócio-espacial. Os atores, seus moradores, vivem os mais diversos dramas sociais, protagonizados pela deficiência em permanecerem no manguezal invadido e, também, pela precariedade das construções ali erigidas, o que contribui, no nosso entendimento, para o que chamamos de moradias invisíveis, por estarem desconexas e desarticuladas das redes de água, energia elétrica, infra-estrutura e, principalmente, por serem invisíveis para o Estado de Direito.

Outra questão suscitada pelo artigo em tela é a dos diferentes enfrentamentos dos agentes modeladores do espaço. O grande capital, representado pelas grandes corporações, algumas vezes se associa ao Estado ou aos promotores imobiliários e fundiários para produzir os luxuosos ambientes construídos, direcionados a um público seleto e desejoso, pronto para o consumo. Em uma situação inversa, o grupo social dos excluídos constrói suas moradias de forma pré-capitalista, baseada no mutirão, e tendo como fruto um sobretrabalho.

As discussões que seguem no texto também versam sobre a questão dos instrumentos legais do planejamento urbano – como o Zoneamento Urbano e a Lei do Parcelamento do Solo Urbano (6766/79), que define lote mínimo diferenciado segundo a localização sócio-geográfica. Enfim, instrumentos legais que cristalizam a segregação e acirram as desigualdades socioespaciais nas mais variadas esferas.

1.1 Um Breve Recuo Histórico

A questão da moradia popular aparece quase sempre como uma contenda política, pois se verifica que, no Brasil, esta crise habitacional atravessou as diversas fases e formas de poder político-social, enquanto: Colônia, Vice-Reinado, Império e República. Mesmo após esse longo período histórico não há um apontamento, no seio das políticas urbanas e sociais da República, que vislumbre uma solução que venha minimizar as agruras que uma expressiva camada da população pobre sofre em seu dia-a-dia.

Grosso modo, a crise habitacional dirigida a uma população despossuída de recursos financeiros pressupõe que o espaço urbano comporte uma "concentração marcadamente por uma massa proletarizada", que cresce em um "ritmo muito superior à construção de moradias". Logicamente, essas habitações que se instalam em áreas centrais não têm por objetivo abarcar esses "atores sociais" (Benchimol, 1992 pg. 124).

A precariedade em que se encontrava a classe desprivilegiada socialmente para se instalar junto às áreas centrais da cidade sobreveio com o fenômeno da urbanização, motivada, principalmente, pelo processo de industrialização que, contribuiu para a proliferação de cortiços, casas de dormidas e similares na cidade do Rio de Janeiro. Paralelamente, houve uma epidemia de febre tifóide e outras mazelas, o que motivou o governo imperial, em 1876, a formar uma Junta Central de Saúde Pública, cuja proposta do "médico-demografista" seria a "erradicação das submoradias": já que eram

apontadas como focos insalubres, causadores da moléstia que se espraiava pela cidade (Idem, 1992 p. 125-6).

Esse infortúnio foi se arrastando até os primeiros e tumultuados anos da República. A área central da cidade que já havia ganhado um apelido pejorativo de "Pequena África" encontrava-se em meio a uma "conjuntura de precariedades", a saber: moradia, saúde pública, falta de infra-estrutura que comprometia o crescimento ordenado e econômico, corroborando para o "mal urbano". Enfim, a panacéia encontrada para solucionar os problemas da *urbe* consistia em uma intervenção do Estado, como já haviam alertado os relatórios dos médicos-demografistas (idem p. 150-51).

Após esta brevíssima explanação sobre a problemática que envolve o acesso à moradia para as classes de baixa renda e a falta de políticas públicas para dirimir esse custo social, percebe-se que existem vários fatores e agentes interligados entre si e que atuam concomitantemente no sentido de expurgar o grupo social dos excluídos do perímetro urbano. Entendem-se estes agentes como o Estado associado a uma classe elitista que, em seu bojo, não suportava conviver em um ambiente onde os pobres proliferavam, advindos de uma expressiva migração, provocando o acirramento da crise habitacional, que naquele momento "repunha-se, como produto inevitável da ordem capitalista que se instaurava" (idem p. 180-81).

Não obstante, perseguimos o entendimento não apenas da crise habitacional que a cidade vivia e vive até hoje, mas também da sua estruturação urbana e estratificação social. Tem-se a Lei de Terras de 1850 como um marco histórico que vai acirrar uma segregação sócio-espacial sem precedentes, pois neste momento a terra passa a ter um valor de uso e de troca, (re)configurando de forma seleta o espaço urbano.

O modo de produção e o sistema econômico capitalista que se implantavam junto à sociedade concorreram para outros problemas sociais, como a má distribuição de terras e rendas que se perpetrava no meio social Fridman (1999). E que a relação existente entre a questão fundiária urbana e a formação social estreita-se de modo fundamental, indissociável de uma leitura sócio-político-econômica.

Entendeu-se, até aqui, que a crise da moradia dos menos favorecidos está diretamente relacionada a outros fatores como: concentração fundiária, má distribuição de renda, migração desordenada, falta de políticas urbanas e sociais satisfatórias e a interferência de outros agentes modeladores do espaço urbano com poder de decisão, além do Estado como loteadores, instituições religiosas entre outros.

Fridman (1999, p 15), discorre sobre a produção do espaço urbano e seus diversos agentes:

> *"... a partir do século XIX, quando a sociedade brasileira passou por mudanças econômicas e políticas que redundaram no delineamento do capitalismo, surgiram outros agentes produtores do espaço – os construtores e os loteadores – que fabricaram um novo espaço urbano, ainda que carregado de significados oriundos do passado".*

Esse pensamento nos estimula a racionalizar a questão fundiária somada às desigualdades imperantes ao uso e a densificação do solo urbano, onde a não-democratização de acesso ao produto "terra" sobejou apenas uns poucos homens livres e instituições religiosas. Conforme a autora relata, "... na falta de normas civis específicas... o clero impôs normas expressas para os assentamentos dos edifícios e das propriedades sagradas" (idem p. 18).

1.2 A Reforma Passos

A pesquisa em tela concentra-se, para fins deste estudo, tendo como ponto de partida o recorte temporal a partir da Reforma Passos (1902-1906), quando se origina a migração rumo a Guaratiba por um grupo de famílias alagoanas – processo esse que posteriormente será retratado.

Este grupo familiar assim como tantos outros, viveu a experiência pela qual a cidade do Rio de Janeiro passava naquele período, quando o acaloramento e a efervescência da modernidade se faziam prementes, capitaneados pelo então prefeito Pereira Passos e sua Reforma Urbana, que atendia ao clamor de tornar a cidade atrativa e civilizada para os investidores estrangeiros, permitindo que a cidade vivesse, naquele dado momento histórico, o desejo de se tornar uma Paris tropical (Benchimol, op cit).

No entanto, algumas intervenções urbanas se faziam prementes, entre elas a erradicação de cortiços fétidos e similares na área central da cidade, atendendo ao discurso higienista que havia se propagado pelo mundo, consubstanciado pela classe médica. A cidade naquele momento começou a ser "rasgada" e as demolições parciais daquelas edificações foram concretizadas, expulsando para fora do perímetro urbano os despossuídos economicamente que, segundo as autoridades, em nada poderiam contribuir para o surgimento da futura metrópole.

De acordo com o discurso oficial da época, a cidade deveria ter um "aspecto elegante e artístico" que comportasse cafés, lojas comerciais de luxo, restaurantes, casa

de leitura, escritórios de advocacia, corretoras, bancos, entre muitos. A principal intervenção urbana no período foi, sem dúvida, a abertura da Avenida Central, obra que conjugava vários interesses políticos e econômicos, e também atendia ao discurso imperante, higienista.

Em atendimento ao clamor das "vozes" que detinham poder de mando, vários casebres, cortiços e casas de cômodos deram lugar a então monumental obra que abriria as portas da cidade à modernidade (Idem, op cit, p. 197-98) imprimindo no espaço urbano a forma mais acabada de segregação sócio-espacial, não restando alternativa senão o espraiamento das classes populares em direção aos subúrbios e às áreas longínquas do centro, por conseguinte do local de trabalho, manifestando no território a práxis de expurgo da pobreza e perpetuação das classes privilegiadas no centro do poder, onde só permanecia quem comungasse sinergicamente junto ao "alto clero". Benchimol (1992) cita em sua obra uma crônica de Luis Edmundo - renomado escritor e militante político - que traduz o sentimento da classe dominante vertido sobre essa maioria de despossuídos:

> *"A massa de homens de cor, com os anos desapareceu numa proporção notável (...). Não obstante, é bem menor que a de uns vinte anos atrás e isso apesar do surto da abolição e do conseqüente abandono das terras de cultura por inúmeros pretos, que tomaram o caminho das cidades".*
> *O Rio de Janeiro do começo do século, (...) já não lembra mais, em 1901, a "Cafraria lusitana" dos decênios da centúria anterior. Quando muito lembrará certas cidades do setentrião africano (...) com sua população descalça e mal vestida, as suas toscas lojas de comércio de toldozinho esgarçado à frente e o homem de feição árabe, roliço e porco, ao fundo, vendendo a mercadoria; com seus burricos pejados de hortaliças (...).*
> *Nós, porém vivemos satisfeitos acreditando que habitamos a mais branca, a mais linda e a mais adiantada das metrópoles do mundo, conformados até com o espectro da febre amarela; mandando buscar calçado na Inglaterra, casimiras na França e palitos em Portugal; com um comércio todo de estrangeiros, com uma agricultura que não muda de plantio que possa fazer concorrência às "nações amigas", e com tudo isso, para alegrar a alma indígena, uma procissãozinha ao Corpo de Deus, (...)".* (Luis Edmundo, 1938).

2. A Ocupação do Manguezal

Os primeiros grupos que ocuparam a área de manguezal de Guaratiba foram as famílias constituídas de negros livres remanescentes e de trabalhadores rurais das antigas fazendas cafeeiras e sacaricultoras da época do Brasil Império. Nas primeiras décadas do século XX, outros grupamentos familiares vieram nessa direção.

Segundo Siqueira (2004), o primeiro grupo viera de Maceió – AL e seriam pescadores em seu lugar de origem. Vieram para o Rio de Janeiro em busca de uma vida melhor, vivendo por um certo período no núcleo citadino carioca, onde continuaram a praticar seu ofício de pescadores na Baía de Guanabara e canais próximos, mas tiveram que abandonar o trabalho exercido no *core* metropolitano por motivos de perseguição policial aos praticantes de tal ofício.

Passaram então a praticar outros afazeres - como catadores e engraxates – e a acumular funções que não exigissem educação formal. As mulheres desempenhavam funções de domésticas em casas de família. As sucessivas crises sócio-econômicas, ligadas à falta de trabalho para quem não tivesse qualificação, acabaram comprometendo a sobrevivência destes grupos nas áreas centrais e bairros próximos da cidade, onde o desfecho de tal crise foi acometida por um processo migratório desconhecido, e, esse grupo familiar vieram se alocar em Guaratiba, onde retornaram o ofício da pesca como meio de subsistência.

As últimas ocupações do manguezal ocorreram entre as décadas de 1950 e 1970, condicionadas pelo fenômeno da migração Nordeste/Sudeste, uma vez que a grande maioria dos operários era composta por migrantes nordestinos que se dedicavam ao trabalho braçal na empresa concessionária que realizava a obra de remodelação e pavimentação da serra da Grota Funda. Estes, assim, vislumbraram uma possibilidade de construir e morar sem pagar aluguel, ou de sair da Baixada Fluminense[1], que para muitos era extremamente inóspita.

Paralelamente, a construção do trecho da Avenida das Américas ligando o bairro do Recreio dos Bandeirantes às áreas rurais de Guaratiba contribuiu muito para o aumento populacional e adensamento da área, já que esse novo vetor de comunicação possibilitou a melhoria da acessibilidade para Madureira [2] via Jacarepaguá, uma vez que essa nova artéria de ligação unia com mais rapidez os dois pontos, intensificando assim os variados fluxos.

Outra obra importante que impactou a acessibilidade ao lugar foi a construção da Avenida Brasil, também na década de 1950, pois possibilitou a ligação de Campo Grande e Santa Cruz em direção à Barra da Tijuca, tornando mais acessível a

[1] Depoimento colhido em entrevista realizada com os moradores mais antigos do local.
[2] Madureira nessa época era um importante ponto difusor e facilitava a comunicação com a Barra da Tijuca, Jacarepaguá, Vargem Grande e Guaratiba.

comunidade Olaria aos novos transeuntes; automaticamente, ela deixara de ser intransponível.

Com os acessos viários e com a instalação da linha de bonde que fazia o percurso Campo Grande – Ilha de Guaratiba, o sonho idílico de muitos de morar naquela região foi mediatizado pelo fluxo das grandes obras viárias que integravam o território, ditando a ocupação dos terrenos desabitados e, posteriormente, do manguezal. Os terrenos invadidos foram imediatamente desocupados à força e a bala pelos "coronéis" do local, onde desempenhavam função de justiceiros que até pouco tempo ainda impunham a sua resistência à modernidade.

Sobremaneira os migrantes nordestinos que haviam descoberto o lugar passaram a ocupar o manguezal, já que ninguém reclamava sua propriedade e, diante da necessidade de morar, a saída foi ocupar as terras disponíveis e sem dono [3].

3. Localização Geográfica e Caracterização da Área

O recorte espacial eleito para o desenvolvimento da pesquisa empírica localiza-se no bairro Ilha de Guaratiba, Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. Trata-se de uma área cuja principal característica físico-natural é a ocorrência de manguezal - ecossistema de floresta Paludosa[4] pertencente à baixada costeira da baía de Sepetiba em sua parte sul e face sudoeste do maciço da Pedra Branca.

A área em que se debruça este estudo, faz parte das terras que foram concedidas ao português Manuel Velloso Espinha, que em 1579 recebeu uma carta de sesmaria, dando ao lugar o nome de São Salvador do Mundo. Quanto às culturas desenvolvidas nessas terras, eram os plantios de café e de cana-de-açúcar para produção de açúcar e aguardente, e também havia o desenvolvimento da pecuária bovina. Conjugado a essas práticas percebia-se um grande afluxo de negros escravos, supostamente ilegal, facilitados pelo pequeno porto estabelecido na região (que dá nome a um sub-bairro – Portinho) para escoar e importar mercadorias, principalmente com a emergência do tráfico negreiro.

Com o abandono daquelas terras por parte dos herdeiros do sesmeiro Manuel Velloso Espinha e paralelamente à criação da Lei de Terras em 1850, logo se estabeleceu o comércio fundiário, e as terras irregulares, sem documentação, tornaram-

[3] Depoimento de um morador, que só encontrou essa forma de morar.
[4] Ocorre em solo turfoso, é inundada com freqüência e em seu substrato encontra-se grande quantidade de matéria orgânica.

se devolutas e retornaram à propriedade da Coroa e, posteriormente, da nação. A partir desse marco histórico só se adquiriam terras com a devida relação comercial regulada pela lógica de mercado; conseqüentemente, com o aumento da população urbana essa mercadoria teve seu preço aumentado sobremaneira no mercado fundiário.

As rugosidades deixadas pelo tempo revelam o passado produtivo da região, cujas decadentes formas insinuam as silhuetas das grandes fazendas e engenhos que outrora povoavam o lugar, personificando o local até bem pouco tempo como área rural, fruto de seu passado agrário.

O Estado Republicano, representado pela esfera federal, outorgou em 1937 uma doação expressiva de terras ao Ministério do Exército, perfazendo um total de 2,280 Hectares, área esta que hoje abarca grande parte do manguezal onde estão situadas as comunidades de Olaria e Peito Roxo, concorrendo para isto uma batalha judicial impetrada na Justiça Federal, tendo as duas comunidades, várias edificações, residências e um clube de lazer como réus no processo onde o Exército reivindica a reintegração de posse. Embora a área ocupada pela comunidade seja ínfima se comparada com a totalidade das terras desocupadas do exército.

O manguezal em questão acomoda sobre si a comunidade Olaria, que ocupa uma determinada porção territorial deste bioma; e no seio desta, existe uma outra comunidade que dá subsídio histórico-social para que a pesquisa em tela se realize. Os dramas sociais protagonizados pelos moradores da referida comunidade são densos e multifacetados. A tarefa de elencar seus infortúnios tenta seguir uma ordem coerente dentro da incoerência social vivida por eles.

As construções obedecem ao critério métrico pautado na possibilidade que o terreno oferece para a edificação, devido à morfologia constitutiva do solo, tornando, assim, as moradias pulverizadas no interior do manguezal. A ligação entre as moradias se dá por meio de aterros impróprios, integrando desta forma os arquipélagos formados pela ação antrópica, que, com o ir e devir dos alagamentos causados pelas cheias das marés altas e das chuvas, constituem uma sempre nova morfologia paisagística.

A rede de transportes de massa ainda é rarefeita no bairro de Guaratiba, pois este se encontra no meio do caminho, ou seja, é um bairro de passagem entre os fluxos de Santa Cruz e Campo Grande via Barra da Tijuca, onde a melhor opção de locomoção é a oferta do transporte alternativo. As comunidades Olaria e Peito Roxo hoje se relacionam melhor com a Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes, já que este último

dista apenas cinco quilômetros, enquanto Campo Grande, seu antigo lugar de trocas comercias, dista trinta e dois quilômetros.

4.1 A Comunidade Peito Roxo e os Conflitos que a Envolvem

A comunidade em questão recebe o nome vulgar de "Peito Roxo", devido ao fato de a maioria de seus moradores ser afro-descendentes; o apelido pejorativo se propagou, pois, os homens, que naturalmente trabalhavam sem camisa, de calçolão, na pesca do caranguejo ou em outras atividades informais, expunham seus peitorais desnudos, algo que contrariava a moral e os bons costumes da época, a década de 1940, segundo o historiador Siqueira (Idem, op cit, p 21) retrata em sua obra.

Hoje existe um conflito de identidade que divide simbolicamente as duas comunidades – Olaria e Peito Roxo – que de fato ocupam o mesmo território, cuja contigüidade é o manguezal e a construção predial do CETEX – Centro Tecnológico do Exército. Não há o reconhecimento do outro como igual, o que vem tornando as relações de vizinhança muitas vezes hostis. Ao analisar a questão do convívio social, onde o todo é a soma das partes, vê-se que este não exprime harmonia e boa relação entre as mesmas. Alguns moradores apontam como causa desse atrito, exclusivamente, a diferença do modo de habitar, já que existe na comunidade Olaria uma certa quantidade de moradias bem estruturadas, de alvenaria, que margeiam a Rodovia; logo, melhor localizadas e servidas de asfalto em suas portas, contrapondo-se aos barracos de taipa, beirando a miserabilidade muito comum na comunidade Peito Roxo, conforme denuncia a foto a seguir:

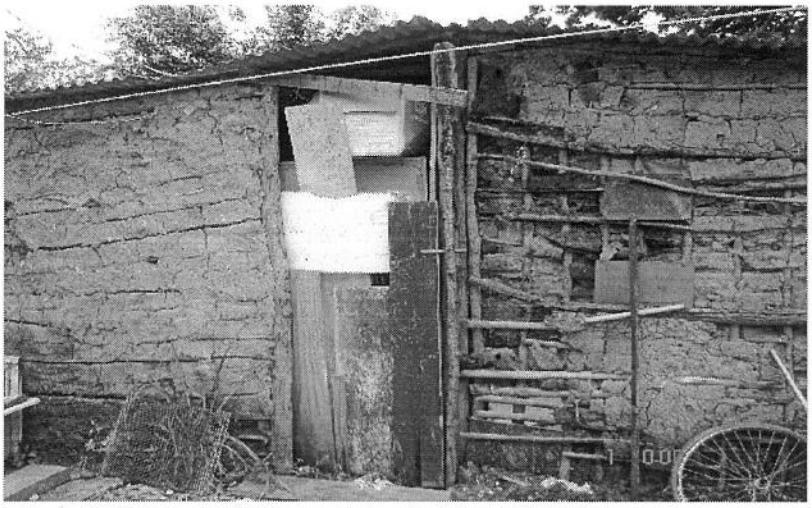

foto capturada por Hércules Paes Lima 26/11/2006 – Comunidade Peito Roxo

4.2 As Moradias "Invisíveis".

No entanto, as comunidades se irmanam e se solidarizam na ausência das benesses do Estado, na falta de infra-estrutura, na coleta de lixo irregular e em relação à não-implantação de redes de água e de luz. O que se percebe a olhos vistos, em decorrência das ausências, é a comunhão de "gatos" nas redes de serviços básicos.

Essa massa segregada, não tendo como se fixar nas áreas centrais ou onde o preço da terra é elevado, destinado a uma outra estratificação social ocupa terrenos, via de regra por meio de invasão. As áreas ocupadas são em geral públicas e anecúmenas para a construção de moradias, não interessando assim ao capital imobiliário, que percebe tais terrenos como íngremes, alagadiços, distantes dos centros urbanos, sem dotação de belezas cênicas naturais ou construídas, com loteamentos clandestinos e irregulares etc.

Com efeito, após a apresentação de algumas variantes no que tange à desigual produção e acesso ao solo urbano pela camada social desprivilegiada, e suscitando a questão do embate travado entre os diferentes agentes e atores sociais, concentramo-nos no que parece ainda sem clarificação, que é a sugestão titular das moradias invisíveis; pois bem, ao tomarmos a comunidade Peito Roxo como campo de pesquisa empírico, percebe-se que as moradias ali construídas estão desconexas e desarticuladas das redes de água, rede elétrica, saneamento básico e coleta seletiva de lixo.

Encontra-se também em situação irregular frente ao poder público, uma vez que seus terrenos não têm reconhecimento jurídico. Sua invisibilidade continua quando se busca uma imagem de satélite deste local, por meio do *software* Google Earth, e não se tem uma visão real da comunidade, pois as copas das árvores suplantaram a maioria das moradias. O que se vê pelo relato da imagem é uma distorção da realidade social, pois a mesma mostra um mundo verde pujante, alagado, como símbolo primaz da reprodução da vida e berçário da fartura que ali reside.

A relação de troca entre as comunidades e o seu entorno é bastante frágil, onde os moradores também se tornam pessoas invisíveis; não obstante, este comportamento tende a mudar com o passar do tempo, porque um fato novo ocorre, que é o aumento populacional da área devido à procura de terrenos para construção de novas moradias, uma vez que viver em bairros como Barra da Tijuca e Recreio dos Bandeirantes está se tornando muito caro para uma classe média que cada vez tem menos poder aquisitivo.

U. F. R. J.
BIBLIOTECA
I P P U R

Neste caso, o bairro Ilha de Guaratiba, nos últimos cinco anos, vem sofrendo alterações positivas e importantes na economia local, com a valorização de até 150%[5] (cento e cinqüenta por cento) no preço das terras. Tal fato vem se renovando a cada dia com as construções multiplicadoras de condomínios fechados, pois o *marketing* para a venda da terra do local é o apelo ao bucólico e à imensa área verde que o lugar oferece, criando um simbolismo de cidade saudável e interiorana e opondo-se à idéia de viver no meio urbano caótico e violento.

Constata-se por vários órgãos públicos, entidades de classe e do terceiro setor que a população favelada e de baixa renda tem acesso limitado à educação, tendo pouca instrução formal e baixa qualificação profissional; com aquela comunidade não é diferente neste sentido, sua serventia está em oferecer mão-de-obra barata, transformando a comunidade Peito Roxo num celeiro de domésticas, pedreiros, eletricistas, entre outros. Esse é um dos motivos pelos quais os moradores se agarram na luta pela permanência no lugar, pois não é mais preciso, como em outras épocas, buscar serviços domésticos no Recreio dos Bandeirantes ou na Barra da Tijuca. Com o crescimento do bairro, crescem também as oportunidades, mesmo porque o empregador sabe que a localização geográfica interfere nos preços dos serviços, podendo-se pagar um valor menor mediante o "bolsão de ofertas" que uma comunidade pobre oferece.

Com uma análise preliminar, pode-se concluir que a comunidade Peito Roxo está inserida numa relação de nós e redes de forma diferenciada, tanto no que tange o caráter material ou imaterial . Para tal, considera-se o que Milton Santos tem a contribuir em relação a essa massa segregada de toda sorte, onde de um lado encontram-se indivíduos que desfrutam da cidade e de seus recursos, "enquanto no lado extremo há os que nem podem levar ao mercado o que produzem", sendo denominados pelo autor de "prisioneiros do lugar" - dos preços e das carências que a sociedade capitalista impõe a esses cidadãos diminuídos e incompletos (Santos, 1997 p 39).

Ao analisarmos a comunidade Peito Roxo por um viés sociológico, comparando as paisagens cultural ou humanizada dos bairros Recreio dos Bandeirantes e Barra da Tijuca com a da comunidade, ressalta-se a relevância que o tema em tela propõe, que é a desigual produção do espaço urbano num contexto capitalista, Santos (Idem, 1997) chama a atenção ao interpretar a paisagem não apenas como aspecto, pois vista assim tornaria pobre o diagnóstico, "limitando o risco de tomar por verdadeiro o que é só

[5] Site oficial da EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária: www.embrapa.br

aparência" (Idem, p 72), sendo preciso ultrapassar a barreira do visível para chegar ao seu verdadeiro significado.

O rebatimento da exclusão sócio-espacial carrega-se para o campo da paisagem humanizada e expõe o que Santos (Idem, p 72) decide investigar, que é a interpretação do consumo, mola propulsora do capitalismo, demonstrando os desiguais acessos a ambos, e, aos bens e serviços que são produzidos no seio da sociedade estamental.

5.1 Os Embates Jurídicos Acirrando Conflitos

O discurso proferido por parte do Exército, no sentido de conter o aumento da densificação do solo e da população pobre dessas comunidades, esbarra em tantos outros já (re)vistos no passado, como aquele de cunho higienista que resultou na expulsão dos pobres na época da Reforma Passos, mas agora, com apelos modernos de "responsabilidade ecológica"; inclusive, o teor da ação criminal impetrada na Justiça Federal que o exército move contra os moradores reforça aquele discurso; ou seja, os moradores, segundo a alegação militar, poluem o manguezal em suas atividades pesqueiras e/ou em suas funções fisiológicas, uma vez que, não havendo rede de saneamento básico, os esgotos são lançados diretamente *in natura* no manguezal, residindo aí um paradoxo, que abre uma brecha jurídica, pois muitos moradores acusados de poluir o ambiente e morar na ilegalidade são pagadores de tributos como conta d'água (CEDAE) e IPTU.

Hoje essa comunidade encontra na justiça forense a única perspectiva e possibilidade de se manter no lugar. Em seu argumento de defesa é a questão de a maioria dos habitantes ter ocupado aquela área há muito tempo, com seus ascendentes se estabelecendo antes da referida doação do Estado, e também pelo fato de a ocupação militar ter ocorrido apenas na década de 1980, quando o prédio do CETEX – Centro Tecnológico do Exército - foi concluído.

Esse não é o único pesadelo vivido pelos moradores das comunidades, que, por conta da questão jurídica, sofrem uma forte repressão psicológica e logística com o poder policial dos soldados do Exército, através da chamada "ronda ecológica", para garantir a não-proliferação dos barracos e a contenção da degradação do meio ambiente. O que mais constrange os moradores é que essas investidas não possuem caráter oficial, e sim oficioso.

Como aconteceu recentemente, algumas ações de reintegração de posse foram julgadas favoráveis ao Exército; quando isso ocorre, a primeira providência tomada é a

derrubada da construção para garantir que não haja outra ocupação, conforme denuncia a foto a seguir. Toda essa ação ocorre para demonstrar a territorialidade, baseada numa relação desigual de forças.

5.2 Os Decretos que Visam a "Proteção Ecológica" da Área

O manguezal de Guaratiba tem uma "importância fenomenal" para o desenvolvimento das pesquisas arqueológicas, biológicas e afins; assim é definido aquele ecossistema pela antropóloga Lina Maria Kneip[6], que, em sua pesquisa sobre a ocorrência de poços de sambaquis[7] naquela área, foi uma obstinada defensora da criação de uma reserva estadual para proteção daquele manguezal, que muito se assemelha ao chamado *Salt Marsh*[8].

As evidências deixadas pelos nossos ancestrais foram inúmeras; segundo Kneip (1987) os vários sítios arqueológicos identificados por ela e sua equipe de pesquisadores tiveram a comprovação de sua legitimidade através de exame laboratorial cuja "datação correlata entre 470 A.C. e 980 D.C. – para que esta certeza estivesse fundamentada cientificamente, os vestígios foram examinados pelo Laboratório de Física Nuclear Aplicada do Instituto de Geociências da Universidade Federal da Bahia, através do método Carbono – 14" (Idem, p 96).

Após a divulgação dos resultados, a pesquisa ganhou o mundo, e Guaratiba ficou internacionalmente conhecida, com as várias palestras, conferências e seminários proferidos pela pesquisadora. Por meio destes encontros científicos internacionais o governo estadual sentiu-se pressionado a nomear aquela área de Reserva Biológica e Arqueológica de Guaratiba, através do Decreto Estadual N° 7.549, sendo publicado no Diário Oficial do Estado em 22/11/1974.

Contudo, o decreto publicado não mencionava em nenhum dos seus artigos, parágrafos e incisos a desocupação daquela área pelas famílias que já habitavam o manguezal, ou tampouco suas relocações. Mais uma vez o Estado foi omisso em suas obrigações, pois não houve fiscalização nem impedimentos para a depredação arqueológica e a degradação ambiental, mesmo atribuindo obrigações e competências, conforme reza o artigo a seguir:

---

[6] Antropóloga e pesquisadora do Museu Nacional – UFRJ.

[7] Designação dada a antiqüíssimos depósitos, situados preferencialmente em áreas lacustres ou rios de litoral, formados de montões de conchas, restos de cozinha e de esqueletos amontoados por tribos selvagens que habitaram o litoral americano em época pré-histórica, cabendo aqui destacar que os encontrados em Guaratiba são de origem Tupi-Guarani.

[8] Pântano Salgado – grande berçário biológico.

> "**Art. 2º** – A fiscalização da ocupação, a manutenção e a conservação da área da Reserva Biológica e Arqueológica, limitada no art. 1º, é da competência da Secretaria de Abastecimento e Agricultura que tem perfeito entrosamento com a Procuradoria-Geral do Estado e com o Departamento do Patrimônio da Secretaria de Justiça, fará os necessários contatos com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), com os Ministérios do Exército e da Marinha e com o Serviço do Patrimônio da União, do Ministério da Fazenda."

O dispositivo legal que vem a consubstanciar as causas ecológicas nacionais está expresso no Capítulo VI do Título VIII da Constituição Federal de 1988, intitulado "Do Meio Ambiente". Trata-se do artigo 225 da Carta Magna, que preconiza a preservação do Meio Ambiente como fator essencial à Ordem Social, não só para os dias atuais, mas também, e principalmente, para o uso das gerações futuras.

Seguindo a tendência preservacionista do texto constitucional de 1988, o Estado do Rio de Janeiro criou a APA – Área de Preservação Ambiental[9]– de Guaratiba, que consiste em ampliar a Reserva Arqueológica e Biológica, estendendo-a a Grumari, tomando como referência os seguintes termos:

> "- que a Mata Atlântica é patrimônio nacional, conforme dispõe o parágrafo 4°, do artigo 225 da Constituição da República Federativa do Brasil;
>
> - que o parágrafo 1°, do artigo 261 da Constituição Estadual, nos seus incisos II e IV, atribui ao Poder Público Estadual a incumbência de assegurar o direito ao meio ambiente ecologicamente saudável e equilibrado;
>
> -que a Lei Federal n° 9.985, de 18 de julho de 2000, estabelece que as Reservas Biológicas são áreas representativas de ecossistemas brasileiros, destinadas à preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, e ao desenvolvimento da educação conservacionista."

O que a presente pesquisa questiona é que, mais uma vez, em nenhum momento as edificações ali erigidas anteriormente à publicação dos decretos e, conseqüentemente, seus moradores são mencionados; por outro lado, o Estado não designa política alguma que atenda a contenda dos interesses gerais daquela população que, ao ocupar esta área do manguezal, sequer sabia que ali, sob suas moradias, estaria algum sítio arqueológico.

6. Os Agentes e Atores que Produzem Desigualmente o Espaço Urbano

A comunidade Peito Roxo guarda em si as várias marcas da segregação sócio-espacial. Como qualquer outro grupo composto por uma imensa maioria de

[9] Criada sob o Decreto estadual N° 32.365 em 10/12/2002 – N° de processo E-07/300548/2002, e cartas topográficas usando a escala 1:10.000 – folhas 284 E, 284F, 308 A, 308 B, 308 D editadas em 200 pelo IPP – Instituto Pereira Passos – Prefeitura do Rio de Janeiro.

despossuídos de poder político, econômico e sócio-cultural, estes são colonizados por uma elite capitalista composta de vários agentes modeladores do espaço que têm poder de intervenção, regulação e uso do solo, e metamorfoseiam-se ora como promotores, ora como incorporadores. Dessa forma, tem-se por fim, como forma mais acabada a (re)produção das desigualdades que imperam no espaço urbano.

Embora o fenômeno da exclusão sócio-econômico-espacial permeie a vida de uma espessa camada das sociedades marginalizadas pelo poder público e por outros agentes espaciais, os grupos dos excluídos, assim identificados por Corrêa, são encontrados nas mais diferentes localizações geográficas, sendo irmanados principalmente pelas várias necessidades básicas imanentes ao princípio da sobrevivência humana. Acompanhando as idéias de Corrêa, neste sentido, a comunidade aqui referida perfaz o grupo dos excluídos[10] sócio-espacialmente.

Esclarecendo que um dos objetivos desta pesquisa é identificar e entender as diferentes formas de produção do espaço urbano pelos seus mais diferentes agentes e atores sociais, entendemos que a ocorrência das desigualdades sociais não é privilégio desta comunidade, conforme já salientamos anteriormente. Contudo, mesmo que a distância escalar em quilômetros os separe, os grupos dos despossuídos, muitos dos quais normalmente são habitantes das grandes cidades, enquadram-se como sujeitos do processo, no discurso hegemônico, sendo responsáveis pela macrocefalia urbana, e identificados como produtores das mazelas urbanas, por fim, os feitores do caos urbano.

Esse equivocadamente denominado "caos urbano" muito se deve à segregação imposta e fundamentada na iniqüidade e voracidade do capital, cujo objetivo precípuo e final é o lucro, marginalizando aqueles que não podem pagar, por exemplo, por "um pedaço de chão". Compreende-se, aqui, que a forma e o modo como a comunidade Peito Roxo produz seus espaços é igual ao dos demais grupos sociais que estão *mui* fragilmente integrados ao sistema socioeconômico e ao modo de produção capitalista vigente.

A terra urbana apresenta-se, assim, como qualquer outro bem ou mercadoria nas sociedades capitalistas e tem o seu valor de uso e de troca aumentado ou diminuído, determinado por sua localização geográfica no território: quanto mais aprazível for o lugar, maior será seu preço no mercado Abreu (1987), entende que o espaço urbano e a

[10] O Geógrafo Roberto Lobato Corrêa interpreta como grupos dos excluídos aqueles que "...não possui renda para pagar aluguel de uma habitação, e muito menos, comprar um imóvel. Este é um dos mais significativos sintomas da exclusão que, no entanto, não ocorre isoladamente: correlatos a ele estão a subnutrição, as doenças, o baixo nível de escolaridade, o desemprego ou subemprego." (2002:29).

terra que o compreende possuem um "caráter valorativo", pois é o preço da terra que condiciona seu uso; logo, sua demanda está associada a uma camada solvável da sociedade.

A produção do espaço urbano se consolida ao passo que sua estruturação social se realiza sob a égide da propriedade privada do solo, conforme afirma Carlos (2001). Tomando tal afirmação como referência, e seguindo uma lógica de mercado, a camada solvável da sociedade capitalista vai ocupar os melhores espaços que a cidade oferece; mesmo onde não há amenidades físicas, o capital as constrói, atribuindo, assim, a este privilegiado e seleto grupo um *modus vivendi* específico, aumentando a diferença e a distância econômico-social entre as classes.

A demanda crescente por espaços sofisticados e personalizados salta aos olhos quando se percebe, na cidade, a força do *marketing* via *outdoors,* artísticos, e pesado uso da grande mídia, convidando a classe solvável a consumir seus produtos de alto luxo, criando aparentemente duas ou mais cidades em uma só. Essa dinâmica das construções de moradias de alto luxo, *shopping centers, nightclubs*, *coffee shops,* condomínios fechados entre outros, para consumo de alto padrão econômico reforça uma fronteira social invisível quase intransponível e só transposta, além dos proprietários e afins, pelos serviçais, apenas para desempenhar seu papel frente ao que lhes cabe.

Na base larga da pirâmide sócio-econômica, fazendo oposição ao ápice estreito da camada solvável e confortavelmente instalada, encontra-se uma espessa camada dos "sem-sem" (sem terra, sem teto, sem emprego etc.), cuja materialidade do sonho da casa própria e de uma vida com dignidade encontra-se nas favelas, cortiços, quartos de cômodos, loteamentos periféricos ou em áreas como a que comporta a comunidade Peito Roxo, onde a possibilidade de morar somente se realiza através da autoconstrução, substituindo a forma capitalista de produção do espaço, pelo mutirão, e incorporando um modo de produzir baseado no fruto de um sobretrabalho. Entendendo o espaço urbano como caracterizado por diferentes usos da terra, temos que os moradores desta comunidade vão lançando mão de uma engenharia popular, erguendo suas moradias com todo tipo de materiais disponíveis no próprio manguezal e também os recolhidos nas adjacências.

Como uma das formas conceptivas para melhor entendermos como as desigualdades de produção e de uso da terra urbana se propagam pelo território, buscamos entendimento na obra da professora Fania Fridman, que pesquisa e relata os

Castro (2002) introduz o pensamento de que a história da evolução urbana recente pode ser resumida como o progresso dos vários "modos" que os agentes espaciais, com poder de decisão para intervir no "urbano", têm de criar áreas privilegiadas e amenizadas prontas para o consumo, tendo a preocupação de "limpá-las de presenças indesejáveis, ou de impedir seu uso por quem não tem qualidade suficiente para consumi-las".

Com as atribuições personalizadas de cada área definidas pelo zoneamento urbano, os vários agentes produtores e modeladores do espaço interferem e decidem qual grupo vai ocupar quais áreas, garantindo a coesão de capital e poder dividido para poucos; assim, a cidade vai sendo fragmentada, mas também articulada, ainda que de forma desigual, atendendo, em princípio, aos anseios da elite solvável.

As áreas legalizadas para construção de moradias, juntamente com outros tipos de edificações e atividades variadas destinadas a uma classe menos privilegiada, encontram-se preferencialmente nos subúrbios não mais imediatos ao centro e, com o distanciamento do *core,* há paralelamente o distanciamento legal, onde as novas áreas são produzidas e incorporadas de acordo com interesses não mais dos grandes empreendedores, mas dos pequenos loteadores, que nem sempre atendem às especificações legais urbanísticas.

A estruturação espacial da cidade se conforma quanto ao descrito por Lago (2000), aliada ao plano que a rege, funde-se com as demais problemáticas do espaço urbano, que são o aumento desenfreado da favelização, os loteamentos irregulares e clandestinos que se robustecem tomando vários rumos geográficos pelo território e as ocupações indevidas em áreas públicas, o que sobrecarrega o sítio urbano da cidade, cujos atores são, em geral, sempre os mesmos: aqueles que não podem pagar pelo preço da terra legal e, sem perspectiva, engrossam a ilegalidade da questão habitacional na metrópole carioca. Cabe aqui destacar a importante contribuição que Lago nos traz quanto à diferenciação conceitual entre ilegalidade e clandestinidade, a saber:

"A cidade não pára, a cidade só cresce
O de cima sobe, o de baixo desce."
(Chico Science e Nação Zumbi)

7. Considerações Finais

Ainda que outros estudos pretéritos tenham explorado essa temática tão cara às chamadas Ciências Sociais, fica a certeza de que este assunto não se esgota, nem tem um fim em si mesmo. Por isso, apontam-se estudos futuros nesta mesma área de atuação e esfera social, tentando abarcar maior entendimento sobre as diversas formas de poder que agem no espaço urbano e correlacioná-las com os já identificados agentes e atores sociais.

Entende-se, aqui, os diversos rebatimentos sociais impressos na paisagem urbana, onde o sistema econômico e o modo de produção capitalista arregimentam aqueles de sua conveniência, no sentido de multiplicar o volume das suas ações lucrativas em um tempo cada vez mais curto, numa voracidade nunca antes percebida, em detrimento de uma espessa camada de despossuídos que cada vez mais se afasta socioeconomicamente do sonho de pertencer à *urbe* democrática, tendo como seu quinhão de moradia as terras impróprias para uma construção digna, que o mercado rejeitou.

A comunidade Peito Roxo é o fiel retrato do modelo capitalista em voga: entra como insumo - ou *input* - tendo, após o processo, como resultado final - ou *output* - a lama como base de suas moradias e o caos social como experiência do dia-a-dia, não sendo à toa que sua população marginal forma um sem-número de opções baratas de mão-de-obra desqualificada, resultado de uma condição político-econômica que atravessou o Atlântico com objetivo espoliativo e perpetuou-se nessa terra.

Referências Bibliográficas:

ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar editora, 1987.

Constituição da República Federativa do Brasil. 31ª edição. Editora Saraiva. Brasil.2003, 138-39.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Pereira Passos: Um Hausmann Tropical – A Renovação Urbana da Cidade do Rio de Janeiro no Início de Século XX – RJ*. Secretaria Municipal da Cultura, Turismo e esportes – Departamento Geral de Documentação e informação Cultural. (Biblioteca Carioca; V-11), divisão de editoração, 1992, 358 p. il.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Espaço-Tempo na Metrópole*. São Paulo: Contexto, 2001.

CASTRO, Sandra Costa Siaines de. *Loteamentos Irregulares e Clandestinos: A Cidade e a Lei*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2002.

CORRÊA, Roberto Lobato. *O Espaço Urbano*. 4ª edição. Rio de Janeiro: Editora Ática, 2002 .

CORRÊA, Roberto Lobato. "Espaço: Um Conceito – Chave da Geografia". In:CASTRO, Iná Elias de & GOMES, Paulo César da Costa. *Geografia: Conceitos e Temas*.(Org). 5ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2003.

FRIDMAN, Fania. *Donos do Rio em Nome do Rei: Uma História Fundiária da cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

HARVEY, David. *O Novo Imperialismo*. São Paulo: Edições Loyola, 2004

KNEIP, Lina Maria (et al). *Coletores e Pescadores Pré-Históricos de Guaratiba*. Rio de Janeiro: Museu Nacional UERJ/EDUFF, 1987.

LAGO, Luciana Corrêa do. *Desigualdades e Segregação na Metrópole: O Rio de Janeiro em Tempo de Crise*. Rio de Janeiro: Revan: Fase, 2000.

MARICATO, Ermínia. Autoconstrução: A Arquitetura do Possível. Trabalho apresentado à 28ª Reunião anual da SBPC, Brasília.

SANTOS, Milton. *A Urbanização Brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

SANTOS, Milton. *Metamorfose do Espaço Habitado*. 5ª edição. São Paulo: Hucitec, 1997.

SIQUEIRA, Francisco Alves. *Barra de Guaratiba: Sua Vida, Seu Povo, Seu Passado*. Rio de Janeiro: editora do Autor, 1999.